

A infovia como instrumento de intolerância: o caso da Revisão Editora.

Carlos Gustavo Nóbrega Jesus ¹.

¹UNESP-Assis, Departamento de História. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Assis.

Unesp-Assis Avenida Dom Antônio, 2100,19806-900, Assis-SP

E-mail: cnobregadejesus@yahoo.com.br

Resumo

Neste artigo pretende-se apresentar algumas considerações sobre a utilização indiscriminada de textos eletrônicos antissemitas referentes ao nazismo. Procura-se, ainda, a partir da análise do *site* da Revisão Editora, alertar educadores e historiadores para as estratégias utilizadas por grupos neonazistas para angariar adeptos e divulgar suas opiniões a respeito de acontecimentos históricos.

Palavras-chave: Antissemitismo, racismo, internet, neonazismo-educação

Abstract

This paper aims to present some considerations about the indiscriminate use of electronic texts relating to Nazi anti-Semitic. The aim is also to alert educators and historians to the strategies used by Neo-Nazi groups to garner fans and disseminate their opinions about historical events from the analysis of a site of Revisão Editora.

Keywords: Anti-Semitism- racism-internet-neo-Nazi- education

1. Introdução

É comum encontrar circulando livremente na internet páginas que divulgam propostas intolerantes, principalmente racistas. Grande parte desses *sites* é de responsabilidade de grupos de

extrema direita. Além de divulgarem suas propostas o objetivo desses movimentos é utilizar a rede internacional de computadores para angariar adeptos.

A eficiência de tal iniciativa, principalmente entre os jovens, ficou comprovada por inúmeros casos de estudantes que praticaram violências em ambientes escolares após ter contato com *sites* do gênero. Um exemplo marcante foi a tragédia High School de Red Lake, (cidade rural localizada no norte do Estado de Minnesota, Estados Unidos), em março de 2005, quando ficou comprovada a ligação de um do estudante secundário com *sites* neonazistas, quando matou sete pessoas, feriu 14 e depois se suicidou.¹

Inúmeras hipóteses são utilizadas para explicar tais atitudes, entre elas, a banalização e o conseqüente fascínio pela violência na sociedade contemporânea, a falta de iniciativas sérias ligadas à educação e violência na escola e a distorção do que sejam práticas de intolerância. Entretanto, o descaso com as páginas da internet que induzem a intolerância e a violência, poucas vezes é invocado pela mídia e pelos órgãos competentes, como iniciativa responsável por tais acontecimentos. Pode-se dizer que essa negligência também parte dos educadores que, por desconhecimento ou por falta de informação, deixam de abordar tal assunto na sala de aula.

Mesmo no meio acadêmico, aonde tais iniciativas são demasiadamente discutidas, os especialistas desconsideram o contato dos estudantes com *sites* racistas. O uso indiscriminado desta infovia por parte dos estudantes deve ser uma preocupação constante, pois, a possibilidade de tal mídia distorcer concepções acerca de iniciativas intolerantes como nazismo e fascismo é um problema real dentro das novas práticas sociais ligadas à internet.

No Brasil a responsabilidade de discutir e combater o racismo na sala de aula ganhou relevância com a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) publicados a partir de 1996. Nesse sentido, destaca-se o tema transversal, pluralidade cultural.² Entre seus objetivos pode-se salientar o item 6: “repudiar toda discriminação baseada em diferença de raça, etnia, classe social, crença religiosa, sexo, etc” (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, 1998, pp.137-141). Nos últimos anos a discussão teve um maior incentivo pela criação das leis 10639 de janeiro de 2003 e

¹ Conferir o artigo: Culturas de armas e violência. *Jornal de debates.com. br.* 16 abr. 2006. Disponível em www.jornaldebates.ig.br. Acessado em: 24 ago.2007.

² Os temas transversais (ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural, trabalho e consumo) foram propostos por serem considerados de grande relevância para sociedade atual, a ponto de poderem ser discutidos em todas as áreas do conhecimento atravessadas pelo documento (língua portuguesa, estrangeira, matemática, ciências naturais, história, geografia, arte e educação física), incentivando-se, assim, a prática da interdisciplinaridade. (Cf. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, 1998).

11645/08 de março de 2008 que estabeleceram respectivamente a obrigatoriedade do ensino da História Africana e indígena nos currículos escolares. Nada mais justo se pensarmos que ainda hoje a formação do professor de História está presa a um conteúdo eurocêntrico, no qual a contribuição da cultura africana e indígena é preterida a favor de uma história centrada na contribuição européia mediterrânea. Tais leis foram criadas para solidificar o desejo de reparar um descaso histórico da educação com duas importantes matrizes da cultura brasileira, além de incentivar a discussão á respeito do racismo e discriminação racial na sala de aula.

No entanto, se temas transversais e leis específicas direcionaram positivamente, principalmente os professores de história para a discussão da importância do combate á discriminação e do racismo na sala de aula, essa discussão passou a ser focada, na maior parte das vezes, para o racismo resultante da discriminação contra o negro. Desta forma, pode-se dizer que nestes casos há uma confusão referente ao entendimento do termo racismo.

A Lei Federal referente ao racismo, a de número 7716 de 5 de janeiro de 1989, que afirmava no seu artigo 1º “Serão punidos, na forma desta lei, os crimes resultantes de raça ou de cor” (BRASIL, 1989), ganhou nova redação em 13 de maio de 1997, com a lei 9459: “Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional” (BRASIL, 1997). Assim, além de se discutir o preconceito resultante do racismo referente ao negro e sua importante contribuição cultural, situação mais que urgente no Brasil, de acordo com que se propõe nossa legislação e as novas propostas curriculares para educação, se deve aproveitar essa discussão para salientar também outras formas de discriminação e racismo, como a social, a religiosa e a de precedência nacional.

No que se refere ás aulas de história são várias as temáticas que possibilitam abrir o leque para esta discussão acerca do racismo. Nesse sentido, o tema do nazismo é uma situação privilegiada para se abordar uma forma de discriminação e racismo, que muitos acreditam ser exclusividade do mundo europeu, por isso pouco discutida na sala de aula no Brasil, o antissemitismo.

O nazismo e o Holocausto judeu são temas, que por sua peculiaridade dentro da história da humanidade, exercem fascínio aos alunos. Longe de ver tal interesse de forma negativa, essa situação pode possibilitar aos educadores exercitar o senso crítico perante o racismo e a intolerância ou, ainda, como salienta Adorno, é uma forma de não esquecer tal barbárie, evitando que ela não volte acontecer (ADORNO, 1995). No entanto, se a abordagem sobre o nazismo for feita sem a análise crítica que o tema merece, a partir do desconhecimento ou do desinteresse do educador, se pode ter um efeito

contrário, criar juízos e valores arbitrários que comprometam a formação do discurso e de uma postura democrática dos alunos.

No final dos anos 1990, ainda como professor do ensino médio e fundamental, ao pedir aos alunos da oitava série uma apresentação sobre alguns temas referentes à II Guerra Mundial, tive o infortúnio de sentir as conseqüências frente à influência do racismo no dia a dia escolar, por meio da internet. Notei nas suas exposições um discurso estranho, no qual falavam em “Grande mentira do Século”, “A Lenda de Auschwitz” e “Plano Judaico de Dominação Mundial”. Posteriormente, ao conversar com alguns alunos e lendo seus materiais de pesquisa descobri que tinham colhido textos em um *site* neonazista e o que era pior, este teria sido recomendado por colegas da escola.

Incentivado por tal iniciativa passei a pesquisar *sites* neonazistas e verifiquei que a maior parte deles tentava camuflar suas tendências ideológicas discriminatórias em discursos aparentemente históricos e/ou didáticos. Notei que na grande variedade de páginas racistas presentes na internet, os neonazistas eram os mais preocupantes, pois não deixavam suas propostas intolerantes evidentes. Dentre estes, os que chamaram maior atenção foram os autodenominados revisionistas históricos, que se proclamavam defensores de uma “verdade histórica” e se posicionavam contra o que denominavam a “Mentira do Século”, segundo eles, o Holocausto.

Em uma destas páginas virtuais havia textos didáticos prontos para pesquisas escolares. Os argumentos eram apresentados com um aparente rigor histórico, salientando que o Holocausto nunca existiu e que os judeus, juntamente com os vencedores da II Guerra, teriam inventado todo o genocídio praticado pelos nazistas. Afirmavam, ainda, que a economia brasileira e mundial era articulada por judeus que queriam dominar o mundo. Um discurso comprometido com uma postura ideológica de extrema-direita que ganhava adeptos junto aos internautas incautos, entre eles, alunos do ensino médio e fundamental que não tinham o conhecimento necessário para discernir tal posicionamento. Verifiquei que um destes *sites* era de uma editora do Rio Grande do Sul denominada Revisão Editora, responsável pela divulgação de livros didáticos e históricos com esta visão.

Diante disto, a responsabilidade de educador e historiador instigou-me a uma longa pesquisa sobre a editora e suas diversas estratégias de divulgação de seus ideais. Procurei balizar a pesquisa a partir de 1987, ano de sua fundação, até 2003, momento no qual, processos judiciais contra a empresa ganharam repercussão nacional.

2. A Revisão Editora

A editora Revisão começou a funcionar em 1987. Sediada em Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, ela pertence a Siegfried Ellwanger, descendente de imigrantes alemães, que adotou o pseudônimo de S. E. Castan.

A Revisão especializou-se em difundir propostas que contestam a existência do Holocausto, o que a insere no movimento denominado revisionismo histórico. Com número não desprezível de adeptos, nos EUA e Europa, o movimento propõe-se a reinterpretar os acontecimentos da II Guerra, o que lhe valeu, nos meios acadêmicos, a denominação de negacionista, pois ao analisá-lo detalhadamente, notou-se que as principais características de seus integrantes são a defesa do antissemitismo e, principalmente, a negação do Holocausto. A editora Revisão é o principal pólo dessas propostas no Brasil, além de se destacar em textos especializados como responsável por atitudes neonazistas (CARVALHO & KHAN, 1994).

A análise atenta da trajetória da Revisão Editora na pesquisa evidenciou que ela passou por três momentos distintos entre 1987 e 2003. O primeiro, de 1987 até 1996, diz respeito ao momento que os livros associados ao negacionismo e ao antissemitismo, foram publicados ou revendidos com certa liberdade pela editora. Entre essas obras pode-se citar: *Holocausto: Judeu ou Alemão? Nos bastidores da Mentira do Século* (1987), *Acabou o gás! O fim de um mito - O Relatório Leuchter*, sobre as alegadas Câmaras de Gás (1989), *SOS para Alemanha* (1990), *Implosão da mentira do século* (1992) de Castan, e as obras de Gustavo Barroso, *História secreta do Brasil I e II* e *Brasil: Colônia de Banqueiros* (1989), *Quem escreveu o Diário de Anne Frank?* (1990), de Faurisson, *Os Conquistadores do Mundo* de Louis Marschalko (1992) e *Hitler: Culpado ou Inocente?* (1989) e *O massacre de Katyn* (1989) de Sérgio Oliveira.³

A segunda fase, de 1996 a 1999, relaciona-se à uma mudança na forma de divulgação das obras, pois nesta época, Castan envolveu-se em vários processos e viu-se obrigado a valer-se de artifícios para contornar proibições legais.⁴ Finalmente, no último momento, 1999 a 2003, a editora configurou-se pelo fato de disponibilizar seus ideais no *site*, www.revision.br. Nesta fase, a internet tornou-se o veículo privilegiado para divulgação, e foi preciso pesquisar como a página foi utilizada em torno dos ideais da empresa. Ficou claro que a Revisão Editora apropriou-se de valores provenientes de grupos distintos, que incluíam: nacionalistas, xenófobos, nazistas, neonazistas e antissemitas. Vale mencionar

³ Sobre os livros conferir: (CRUZ, 1997) e (JESUS, 2006, pp.51-120).

⁴ A principal fonte utilizada nesta fase da editora foi o catálogo. (Cf. JESUS, 2006, pp.121-160).

que, para um leitor incauto, tais estratégias de fato poderiam acabar por tornar difusos os principais intuitos da editora.

Nesta fase da pesquisa, o acompanhamento sistemático do *site* e o arquivamento do material disponibilizado foram primordiais para o entendimento das estratégias de divulgação da editora, pois o funcionamento da página foi dinâmico, variando segundo as iniciativas racistas antissemitas da Revisão Editora e os objetivos que pretendia atingir.

3. A Revisão Editora e seu espaço virtual

O *site*, www.revision.com.br, foi colocado à disposição dos usuários em 01 junho de 1999. Além de comercializar livros o espaço virtual continha artigos negacionistas de autores nacionais e internacionais, contemporâneos e antigos.

A reorganização da página ocorria semestralmente. Os artigos eram agrupados no *site* de acordo com o ano de sua exibição. Assim, quem visitasse a página em 2002, encontraria subdivisões: artigos de 1999 (apenas um semestre); artigos de 2001 (dois semestres juntos).

Esta terceira fase da editora foi dinâmica, sendo possível destacar três momentos principais no que se refere o *site* da Revisão. Entre 1999 e 2000, a página na internet era mera extensão do espaço físico da Revisão, por isso foi utilizada para exibir fragmentos de textos e teses antissemitas publicados pela editora, além de comercializar as obras por meio de um catálogo virtual.

Nesse primeiro momento do *site* os textos presentes eram estritamente ligados à causa negacionista, sobressaía, assim, o caráter propagandístico do material. A função da página neste momento era difundir as teses negacionistas e antissemitas. Os títulos dos primeiros artigos vinculados no *site* deixam evidente tal objetivo: *Porque os judeus mentem a respeito de sua verdadeira população mundial; Quem provocou a II Guerra Mundial; Auschwitz: Fatos e Lendas; Anne Frank em Nova Versão; A verdadeira história do levante do Gueto de Varsóvia; Banqueiros judeus financiaram Hitler?; Quem foram os verdadeiros ladrões de dentes de ouro.*

Castan também se valeu da página para acusar a imprensa de estar a serviço do sionismo e para apresentar sua versão dos embates em que se envolveu. Exemplar, nesse sentido, foi a entrevista que ele concedeu, por e-mail, em 16 de fevereiro de 2000, para a revista *Isto É*. A matéria não foi publicada, mas Castan disponibilizou-a no *site*. (CASTAN, 1999).

A Revisão Editora moveu processos por calúnia e difamação contra a revista *Manchete*, os jornais *Folha de S. Paulo* e *Notícias Populares*. Particularmente em relação à *Folha*, que o teria acusado de racista e neonazista em artigos publicados nos dias 6, 11 e 13 de abril de 2000, afirmou:

Apontar-me como EDITOR NAZISTA, NEONAZISTA, RACISTA E ANTI-SEMITA é sem dúvida uma das maiores ofensas que se pode atribuir a uma pessoa, quando após mais de 50 anos, diariamente até hoje, o nazismo é apresentado e acusado pela mídia, cinema e TV, como autor dos maiores crimes cometidos contra a humanidade. Quem não me conhece tem todas as possibilidades de acreditar nesse que é o jornal de maior tiragem e circulação do país. (CASTAN, 2001).

A Revisão Editora também se envolveu em conflitos com os jornais *Zero Hora* (Porto Alegre) e *O Dia* (Rio de Janeiro).

Em 1996, Castan foi condenado pelas Câmaras Reunidas de Porto Alegre por racismo, mas como não houve unanimidade na votação do crime ele pode recorrer do resultado do processo. Em 2001 as pendências criminais ainda estavam tramitando na Vara de Execuções Criminais do Foro Central de Porto Alegre, quando, junto ao processo movido pelo MOPAR (Movimento Popular Anti-Racismo) e pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre, foi anexada uma notícia crime sobre a divulgação de idéias racistas no *site* da editora. Em março a apelação feita por Castan ao STJ de Porto Alegre foi negada, e em dezembro do mesmo ano, a condenação foi mantida.⁵ Desta forma, pode-se constatar que não foi por acaso que, em 2001, ocorreu uma mudança significativa na página virtual, marcando o segundo momento do *site*. Os responsáveis pela editora passaram a apropriar textos de linhas ideológicas e políticas opostas, diluindo seu discurso antissemita entre propostas meramente nacionalistas.

A editora estava passando por dificuldades financeiras e solicitava, por meio da página, a colaboração de seus usuários. Ao diversificar suas propostas, ela abria mais possibilidades de angariar subsídios financeiros, que não se limitariam àqueles que compartilhavam da intolerância antissemita. A possibilidade do antissemitismo ser diluído entre discursos nacionalistas também contribuía para adoção de tal estratégia, pois possibilitava a colaboração daqueles que se sentiriam constrangidos em fazer “doações” a uma editora que propagava a intolerância. Entretanto, o intuito antissemita da editora ainda era muito evidente.

Merece destaque o fato dos artigos veiculados divergirem significativamente em termos políticos, ideológicos e até culturais. A partir deste momento, nem todos os artigos veiculados pela

⁵Sobre os processos contra Castan conferir: (JESUS, 2006, pp.121-160).

página abraçavam a causa do antissemitismo, da discriminação e do racismo. Tal proposta, única no início, cedeu lugar a um discurso nacionalista, que agregou tendências muito diversas em defesa da nação.

No entanto, ainda neste momento, os artigos eram apropriados de outras páginas o que evidencia que era interesse de Castan em dar essa aparência nacionalista ao *site*. Veja o caso dos artigos de Marcos Coimbra, *O governo mundial e Perigo na Amazônia*, elaborados para o jornal *Mercado Mercantil* e disponível no *site* do professor.⁶ Tais textos apropriados eram colocados na seqüência de textos racistas, de forma a sugerir que os autores dos primeiros comungavam das opiniões expressas pela editora. Marcos Coimbra, criticava a globalização e a política imperialista dos EUA:

O Brasil corre sério risco. Talvez o mais grave de sua história. Existe claramente em ação a estratégia imposta pelos “donos do mundo”, os detentores do capital transnacional, líderes do sistema financeiro internacional [...] As etapas do processo estão claramente delimitadas, em linhas gerais. De início, a adoção da “globalização”, nova denominação do “neocolonialismo”, partindo dos países centrais para a periferia, com o domínio da expressão econômica do Poder Nacional, através da imposição dos ditames dos organismos internacionais: FMI, OMC, Banco Mundial, BID e outros.(COIMBRA, 2001).

Seus textos estão inseridos num mesmo conjunto que inclui os de João Barcelos, como, *Do poder Global & do Terror*, no qual o jornalista critica a globalização e o imperialismo norte-americano. No entanto, diferentemente do professor, ele associava tais iniciativas aos judeus sionistas. Barcelos começava o texto com a seguinte frase: “O Eixo judaico-Americano de Poder Mundial e a Podridão Política da Onu”, e continuava:

Enquanto Israel invade e coloniza a Terra palestina, e impede o Estado da Palestina, a ONU não se manifesta, ou enquanto os EUA invadem o Iraque e a Líbia, chacinam milhares de pobres árabes, para defenderem políticas do mercado petrolífero determinadas pelo G-7, ou anuncia a possibilidade de se criar um exército amazônico internacional (sob seu comando), a Onu não se manifesta [...] Neste contexto, e no âmbito da retaliação militarista dos EUA contra os árabes, na figura místico-terrorista de Osama Bin Laden (que dirige o grupo guerrilheiro Al Qaeda) e na figura territorial do Afeganistão (dominado politicamente pelo fanatismo do grupo místico Taleban, que dá guarida ao Al Qaeda), os fanáticos colonialistas de Israel já queriam aproveitar para uma ofensiva militar global, e definitiva, contra a Palestina, o que comprova, de uma vez, a política hegemônica do ‘poder mundial’ que é uma velha bandeira do

⁶ Disponível em: <www.brasilsoberano.com.br>. Acesso em: 12 maio. 2001, e também Disponível no site da Revisão Editora (Cf. JESUS, 2006, pp.175-242).

Sionismo segregacionista religioso e político, em prática no eixo judaico-americano.(BARCELLOS, 2002).

Nota-se que Castan, ao agrupar textos nacionalistas (apropriados) e anti-semitas, estava tentando colocá-los todos no mesmo patamar, no intuito de disseminar a idéia de que o discurso do professor podia dar legitimidade ao discurso do jornalista. Neste momento, os fatores comuns aos dois articulistas eram o nacionalismo e a crítica ao capital estrangeiro. Tal estratégia assemelha-se à utilizada nos livros da editora, pois como em suas obras, no *site*, Castan distorcia o sentido do documento para dar fundamento a difusão de idéias marcadas pela intolerância (Cf. JESUS, 2006, pp.51-120). O texto do professor é uma crítica ao capital estrangeiro e não ao sionismo e ao povo judeu, no entanto, no contexto em que foi disposto, parecia endossar às críticas nacionalistas antissemitas. Além de textos de Marcos Coimbra, artigos contra a privatização da Petrobrás e de outras estatais foram apropriados e, apesar de nem sempre indicarem autoria, assumiram posições similares às defendidas pela esquerda brasileira contemporânea.

Vale destacar, que o espaço virtual estava, aparentemente, tornando possível a convivência pacífica de grupos com tendências ideológicas opostas, mas que, supostamente, compartilhavam certos ideais semelhantes. O internauta incauto poderia supor que se tratava de crenças e valores idênticos. De fato, tal apropriação integrava uma das estratégias da editora. Com intuito de atribuir um aspecto democrático para sua página virtual, Castan se preocupou em camuflar o antissemitismo e o negacionismo em um discurso nacionalista. A partir deste momento, no *site*, o que agregava textos e autores era o nacionalismo e não mais o antissemitismo.

Os ideais antissemitas e negacionistas passaram a conviver com o exacerbado nacionalismo, unindo virtualmente grupos muito diferentes, que iam da extrema direita à extrema esquerda, mas que compartilhavam causas semelhantes como um nacionalismo radical. Os primeiros particularizavam-se pelo nacionalismo xenófobo e afirmavam desejar livrar a nação de elementos estrangeiros que seriam formados, em grande parte, por judeus apoiados pelos Estados Unidos. Os de esquerda, por sua vez, criticavam as privatizações, o capital estrangeiro e o FMI, lamentavam o fim das empresas estatais, vendidas a grupos internacionais, eram radicalmente contra a globalização da economia e pediam um Estado forte, capaz de lutar contra a ameaça do imperialismo americano. Um exemplo do discurso nacionalista de esquerda é o artigo de Joaquim de Almeida Serra:

O Brasil, devido à traição de seus 3 poderes, passará em breve a colônia dos Estados Unidos da América, da Grã-Bretanha, dos outros membros do grupo dos Sete, das multinacionais e dos banqueiros e aproveitadores de todo tipo. O povo brasileiro, levado à pior humilhação, será escravo dos imperialistas e ficará condenado a mais negra miséria. (SERRA, 2002)

Tal texto tem conteúdo, aparentemente, semelhante ao discurso de um grupo ligado ao antissemitismo:

O que está por trás desde posicionamento anti-Humanidade e anti-Terra dos USA é um jogo econômico que visa manter o império nos níveis de dominação mundial. ‘Façam o que eu mando, mas esqueçam o que eu faço’ é o velho lema ditatorial norte-americano, cuja economia é livre para si e fechada para os outros. A atitude antiecológica dos norte-americanos demonstra que a Humanidade deve estar mais atenta à política viciada dos países que se tornaram satélites dos USA, como outrora aconteceu com os da ex-URSS, pois, é possível que a estratégia imperial norte-americana já esteja a preparar mais conflitos bélicos regionais para outras demonstrações de força, enquanto apóia a matança dos palestinos sob as armas sofisticadas dos judeus de Israel.(GRANJA, 2002).

A estratégia de Castan foi eficaz, pois, ainda em 2001, artigos de conteúdos essencialmente nacionalistas começaram a ser enviados espontaneamente à página da editora. No *A Nossa Vitória na Segunda Guerra*, do tenente coronel da aeronáutica, Aldo Alvim, ele mostra uma crítica nacionalista na qual reclama um maior reconhecimento internacional para o Brasil após a Segunda Guerra Mundial:

Completamos 50 anos em que o povo brasileiro contribuiu com sangue e muitos sacrifícios para a vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial é uma vitória que está atravessada na garganta. Não pelo nosso fracasso nas armas, pois para orgulho do nosso povo, isto não aconteceu. [...] A Imprensa brasileira, reporta em 6 de maio de 1995, que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, em sua visita a Inglaterra, discursou em recepção, feita pelo primeiro ministro inglês John Major, reivindicando um lugar para o Brasil no Conselho de Segurança da ONU, explicando que o Brasil foi um dos países mais sacrificados economicamente no Conflito e que não temos recebido nem retribuição econômica nem política por este sacrifício. [...] Caso a ONU não se modifique, ou não faça as reformas necessárias e atenda nossas reivindicações, só resta ao Brasil retirar-se da ONU, pois será uma posição mais digna do que bancar a vaca de presépio. (ALVIM, 2002)

Em *Desenvolvimento Econômico e Social nos Períodos dos Governos Militares*, o General da Brigada Niaz Almeida Gerude apresenta um discurso nostálgico da época do regime militar:

O país, desde o primeiro Governo do Gen. Castelo Branco, iniciou imediatamente a faina normalizadora, tornada urgentíssima à vista das deploráveis circunstâncias em que afundara. Mister se tornara reorganizar a economia e as finanças e impulsionar o desenvolvimento econômico e social. Após um curto período de recessão, com a

ordem restabelecida ou, pelo menos, controlada, foi possível realizar muito, tanto no plano econômico, quanto no social, mudando a face do Brasil.(GERUDE, 2002).

Neste momento, notou-se que o *site* passou a incorporar colaborações de matizes político e ideológicas variadas, pois, além dos militares citados, pode-se falar em Movimento Nova Inconfidência, que tinha na sua frente José Gil de Almeida; Grupo Guararapes, composto por militares da reserva; Said Barbosa, professor de História do Distrito Federal; Antonio Sebastião de Lima, advogado e juiz de direito aposentado; que juntaram-se aos antissemitas: Altair Reinehr, lingüista e membro do Centro nacional de pesquisas históricas (CNPB), William Pierce, jornalista norte-americano, antigo membro do Partido Nazista dos Estados Unidos nos anos 40; além dos grupos Granja, liderado pelo jornalista português João Barcellos; Centro de Estudos e Debates Integralistas (CEDI), liderado, na época, por Marcelo Santos Mendez, entre outros.

A sede de todos esses grupos era uma página na internet, seus encontros eram virtuais e possivelmente muitos dos freqüentadores jamais se viram pessoalmente.

O envio espontâneo de artigos nacionalistas ao *site* da Revisão marcou o terceiro momento da página virtual. Não é possível afirmar que tais colaboradores desconheciam verdadeiro intuito da editora, mas é provável supor que, enquanto a editora só publicava textos negacionistas e antissemitas, estes autores não se aventuraram a divulgar seus artigos na página. É certo que a partir desse momento a imagem do *site* deixou de ser, aparentemente, associada ao antissemitismo.

A estratégia do texto eletrônico na divulgação do discurso racista

Ao pontuar os três momentos do *site* pode-se levantar questões sobre o texto eletrônico e as inovações culturais e sociais ocasionadas pela internet. Primeiramente, o que se deve deixar claro, é que a estratégia de Castan de divulgar os pressupostos da Revisão Editora por meio da internet não tinha um caráter único. Constata-se que a intenção de compensar a clandestinidade e de driblar as proibições legais é uma explicação sólida, mas não resolve inteiramente o problema da editora ter escolhido a internet como principal meio de divulgação de suas iniciativas.

A informática inovou tanto no sentido material do texto quanto no seu sentido abstrato, isto é, no campo das idéias, das práticas de leitura e do papel do leitor frente ao texto eletrônico. Sendo assim, deve-se considerar o papel do texto eletrônico na história da leitura, mas também balizar a importância da informática na cultura e sociedade contemporâneas.

No que diz respeito às implicações mais amplas deve-se, primeiramente, chamar a atenção para a considerável ampliação da liberdade do leitor do texto eletrônico quando comparado ao texto impresso. Tal prática pode dialogar com o raciocínio de Michel de Certeau, que alerta para o fato do consumo também ser entendido como uma produção, isto é, “o leitor é ao mesmo tempo consumidor e produtor daquilo que recebe, ou daquilo que se apropria”. (CERTEAU, 1996, p.49-53).

Neste sentido é provável que Castan tenha antevisto uma boa oportunidade de propagar suas idéias pela internet graças a “pulverização do autor”(CHARTIER,1998,p.16), típica do texto eletrônico. No *site* da Revisão Editora, a noção de editor, distribuidor e autor confundiam-se. Os textos enviados e/ou apropriados pela página foram editados e distribuídos, quando não alterados, por Castan.

Pode-se supor que a fragmentação das obras em pequenos textos era uma artimanha para divulgação dos livros cassados. Entretanto o reordenamento destes artigos, colocados ao lado de outros de natureza e conteúdo distintos, evidencia que tal estratégia tem conseqüências mais profundas. Segundo Chartier (Idem, p.128):

Ler um artigo em um Banco de Dados eletrônico sem saber nada da revista na qual foi publicado, nem dos artigos que o acompanham, e ler o “mesmo” artigo no número da revista na qual apareceu, não é a mesma experiência. O sentido que o leitor constrói, no segundo caso depende de elementos que não estão presentes no próprio artigo, mas que dependia do conjunto de textos reunidos em um mesmo número e do projeto editorial da revista e do jornal.

Nota-se que a palavra *mesmo* foi colocada entre aspas pelo autor com intuito de demonstrar que o texto perde parte de seu significado original quando é deslocado dos demais artigos e do conjunto textual ao qual pertence. Ao fragmentar o conteúdo dos livros comercializados pela Revisão, Castan pretendia não só divulgar teses antissemitas e negacionistas, mas também encobrir o conteúdo paradoxal de suas afirmações, já que a fragmentação possibilita uma manipulação maior do sentido.

No texto eletrônico, a liberdade do leitor pode-se impor à função de autor. No entanto, deve-se deixar claro que a gradação desta liberdade foi um processo e não se desenvolveu exclusivamente com a revolução da informática e o aparecimento do texto eletrônico. Segundo Chartier (1998, p.67), tal processo é uma evolução que começou no século XVIII com a desmaterialização da propriedade do autor, que até então tinha total propriedade do texto manuscrito que enviava para a editora para ser impresso:

Na prática da comunidade dos livreiros e gráficos de Londres, considerava-se que o objeto da propriedade, do *copyright*, era o manuscrito da obra que o livreiro tinha depositado e registrado. Este manuscrito devia ser transformado em livro impresso, mas ele continuava sendo o fundamento, a garantia e o objeto mesmo sobre o qual se aplicava o conceito *right in copies*, isto é, do direito sobre o exemplar, direito sobre o objeto. Durante o século XVIII, todo um trabalho foi feito para desmaterializar essa propriedade, para fazer com que ela se exercesse não sobre um objeto no qual se encontra o texto, mas sobre o próprio texto, definido de maneira abstrata pela unidade e identidade de sentimentos que aí se exprimem, do estilo que tem, da singularidade que traduz e transmite (Idem).

É a partir desta desmaterialização da propriedade do texto que Chartier sugere explicar a revolução do texto eletrônico. O historiador francês afirma que tal revolução suplementa esse processo de desmaterialização, que começou no século XVIII:

O que produz de fato a revolução do texto eletrônico, senão um passo suplementar no processo de desmaterialização, de descorporalização da obra, que se torna muito difícil de estancar? Todos os processos modernos, sobre a propriedade literária, em particular, em torno da noção de imitação, de plágio, de empréstimo, já estão ligados a esta dupla questão: a dos critérios que caracterizam a obra independentemente de suas diferentes materializações e a de sua identidade específica. A distinção entre a obra e o conjunto das materialidades, das formas por meio das quais ela pode ser vista ou ouvida, designa ela própria o lugar de uma questão ao mesmo tempo jurídica e estética que é preciso aprofundar. (Idem).

A partir de tal constatação pode-se explicar porque o texto eletrônico tornou-se importante instrumento para a Revisão Editora. Castan pôde, então, manipular o sentido e a materialidade do conteúdo da página virtual. O texto eletrônico, além de propiciar maior distância do leitor, tanto intelectual quanto fisicamente, é mais flexível, por permitir que o leitor também se torne produtor, dependendo da forma como se apropria do material.

A autoridade do autor perde-se mais facilmente do que no impresso, que se apresenta acabado, o que torna qualquer intervenção do leitor mais evidente. A própria característica “material” do texto eletrônico é menos submetida às regras, suas fronteiras não são tão facilmente visíveis como as que delimitam o impresso que se encerra com a encadernação. No suporte eletrônico há a possibilidade de entrecruzar não só as palavras e parágrafos, mas também idéias. Neste sentido vale destacar o programa denominado P. D. F, que impede, em parte, a intervenção no texto eletrônico. No entanto, mesmo que não possa substituir, adicionar ou extrair o conteúdo do texto, pode-se selecionar trechos e colocá-lo “fora do contexto”, lhe dando novo sentido que, originalmente poderiam não ser o do autor. Sendo assim, pode-se dizer que a serialização eletrônica, a revolução da informática e a popularização do texto

eletrônico têm resultados antagônicos: “às vezes, a proliferação do universo textual acabou por levar ao gesto destruição, quando deveria ser considerada a exigência da conservação.” (idem, p.128).

As reflexões sobre o texto eletrônico e sua apropriação pela Revisão coloca a questão das formas de uso do espaço virtual por grupos neonazistas e/ ou nacionalistas que estão utilizando as infovias a favor de seus ideários. A iniciativa levou estudiosos do tema a constatarem a presença de um ciberfascismo na rede de computadores (cf. KHAN, 2000).

Sites neonazistas na internet tornaram-se presença marcante a partir da década de 90, época que começaram a surgir definições como Revolução Digital (cf. NEGROPONTE, 1995) e Revolução Informacional (CASTELLS, 2001a). Segundo o sociólogo Manuel Castells, tal revolução viria complementar o mundo tal como produzido pela Revolução Industrial, possibilitando, a partir da década de 70, a formação de redes em todas as estruturas da sociedade. Nesta sociedade de redes, o fluxo de informação é o fator primordial. Tais redes podem ser simbolizadas por “um conjunto de nós interconectados (...) estruturas abertas capazes de se expandir de forma ilimitada integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicações” (idem, p.498). Essa definição ampla apresentada por Castells abarca redes de bolsas de valores, de terrorismo internacional, de países interligados por tratados comerciais até as de computadores.

No que se referem à esfera da informática, as redes possibilitaram um novo tipo de espaço: o ciberespaço⁷, o que, por sua vez, contribuiu para uma sociabilidade virtual. Segundo Pierre Lévy (1998, pp.94-95), esta nova comunidade se aparenta a uma sociedade anônima, pois seus cidadãos estão distantes uns dos outros, mas, mesmo assim, podem trocar experiências e conhecimentos num “espaço antropológico” (Idem, p.127), que produz a chamada “inteligência coletiva”. Todas estas definições surgiram como propostas metodológicas para estudar este novo espaço, diverso de outras formas de sociabilidade, pois a principal característica seria desterritorização:

[...] o ciberespaço, o interior das redes digitais, é uma esfera desterritorizada que perpassa todos os espaços geográficos sem pertencer a nenhum local específico. Esta desterritorização é a base do problema sobre como manifesta, nesta nova esfera, o poder político do mundo físico [...](SILVEIRA, 2000, p.10)

⁷ O termo denominado por William Gibson em seu livro **Neuromancer**, em 1984.

Assim pode-se dizer que o fim das fronteiras físicas trouxe um duplo efeito social. Primeiro, ao agregar grupos anônimos de localidades distantes, o ciberespaço pode deslocar seus usuários, sem necessariamente tirá-los de seu território físico, fator preponderante no final do século XX, principalmente para grupos nacionalistas que buscavam afirmar sua identidade, reivindicando um sentimento de pertença a uma localidade e cultura específica (cf. CASTELLS, 2001b e 2001c). O segundo fator coloca em questão o Estado Nacional, pelo fato do ciberespaço ser uma comunidade que está além das fronteiras físicas do espaço nacional.

Assim, pode-se imaginar que este mundo virtual é o oposto do mundo real. No entanto, segundo Lévy (1996), isso não ocorre, pois há presenças, trocas e iniciativas neste espaço, conclusão idêntica a de Sérgio Amadeu da Silveira (2000, p.11), para quem “a Rede não pode ser pensada como algo irreal, nem o ciberespaço como algo incapaz de criar uma demanda política no mundo físico territorializado”. (Idem, p.11) Por isso, pode-se afirmar que o fato de estar além dos limites do Estado não impede, que se formulem leis que tentem regular o ciberespaço. No entanto, na prática a questão tem se revelado bastante complexa:

Seja o ciberespaço pensado ou vivido como uma esfera distinta das identidades tradicionais, seja como reforço de velhas tradições, ideológicas, nacionais, criminosas, a política e as instituições políticas precisarão adequar-se aos seus formatos e às novas relações tempo-espaço que serão criadas. (Idem, p.11)

Há cooperação entre países para impedir a divulgação de *sites* considerados impróprios⁸, também há o acordo internacional de Wassenaar, que considera prática perigosa a criptografia, técnicas e códigos utilizados para manter uma informação digital segura. O problema estaria na adequação das leis a este novo espaço peculiar. Por mais que haja colaboração entre as nações, as tentativas de controle esbarram no fato da rede ser “um fluxo permanente de informação”, em essência transnacional. Assim, como legislar a respeito de um *site* que está em um provedor de outro país submetido, portanto, a outra legislação. A brecha dá margem à difusão do racismo, que por sua vez, se apóia no direito de liberdade de expressão. Nos Estados Unidos e na Espanha, por exemplo, livros e discursos neonazistas são comercializados livremente, pois nestes países a liberdade de expressão se sobrepõe ao racismo, razão pela qual a maioria dos *sites* desse gênero está presente em provedores norte-americanos e espanhóis.

⁸, A ação internacional foi denominada ‘Operação Catedral’ (Cf. SILVEIRA, 2000, p. 77).

Pode-se afirmar que a desterritorialização foi um fator determinante para Castan escolher a infovia para divulgação de suas teses racistas/antisemitas. Ele se valeu desse meio com o intuito de divulgar livros que estavam proibidos de circular. Isso não lhe garantiu anonimato, porém assegurou a possibilidade de continuar difundido seu ideário. Em junho de 2003, quando o *site* da editora desapareceu de seu endereço habitual devido aos problemas judiciais, pode-se encontrar textos de Castan em um provedor espanhol que continha vários *links* neonazistas, nazistas e negacionistas.⁹

4. Considerações Finais

A atual discussão a respeito da rede e suas problemáticas devem levar em consideração a afirmação de que a “atividade técnica é intrinsecamente política” (LÉVY, 1997, p.60), ou seja, a infovia como qualquer outro meio de comunicação, é, antes de tudo, mediadora de interesses, seja de um grupo ou de um indivíduo, portanto, não se pode defini-la meramente segundo parâmetros negativos ou positivos.

Além disso, educadores, pautados nos novos parâmetros curriculares e atentos ao uso indiscriminados da internet pelos alunos, têm a responsabilidade de estarem cientes dos posicionamentos intolerantes e racistas contidos na rede, e utilizar isto como ferramenta para exercitar o senso crítico e anti-racista na sala de aula, com vistas à formação da cidadania do seu corpo discente.

Por isso, o debate em torno do neonazismo na internet precisa ser intensificado. É urgente não só a conscientização dos educadores, mas também o estabelecimento de acordos internacionais que regulem o ciberespaço, visando coibir tanto as atuações de grupos neonazistas ligados à extrema direita, como também a pedofilia e outras atividades que se valem da agilidade e da ausência de regras gerais na rede.

É importante ressaltar que a Revisão Editora não pode ser tomada como algo isolado e único, pois foi criada nas últimas décadas do século XX, num momento marcado por grandes transformações, fruto da globalização, da revolução da informática e de um amplo reordenamento da política internacional contemporânea, que intensificou a proliferação das gangues neonazistas, dos nacionalismos xenófobos e dos movimentos separatistas e fascistas.

Há vários grupos neonazistas semelhantes ao de Castan, que se dizem revisionistas e que divulgam suas teses na internet. Pode-se afirmar que estes grupos são mais perniciosos que os próprios

⁹ Disponível em: www.libreopinion.com/members/topcins/. Acesso em: 22. dez. 2003.

nazistas, que deixam claro seus posicionamentos, pois por meio de estratégias variadas, tentam diluir o racismo no nacionalismo e num pretenso discurso de caráter histórico. É preciso valer-se dos instrumentos da ética e da história para evidenciar a natureza discriminatória desses grupos, inclusive daqueles que afirmam estar “divulgando a verdade histórica” ou dando novas versões dos fatos.

Neste sentido, reitera-se que o interesse pela Revisão Editora e pelas suas estratégias partiu da já citada dupla preocupação: primeiramente, de historiador, baseada na indignação de notar que os acontecimentos históricos estão sendo relativizados sem critérios propriamente historiográficos, ou seja, seguindo interesses discriminatórios, políticos, ideológicos e propagandísticos; segundo, de educador, ao visualizar durante minha prática docente, textos negacionistas sendo utilizados de forma intensa em trabalhos escolares que abordavam o tema da II Guerra Mundial, sem conhecimento ou posicionamento crítico

A fascinação pelo tema por parte dos alunos juntamente com o despreparo dos educadores para lidar com tal estratégia evidencia que aulas de história do nazismo somente fundamentadas em textos advindos da internet podem surtir um sentido inverso daquele pretendido, ou seja, a formação de futuros pretensos revisionistas históricos que carregam consigo toda uma carga de discriminação e intolerância tão prejudiciais para o momento atual de busca da consolidação de valores democráticos no país.

Assim, pode-se dizer que o negacionismo e sua divulgação na internet soam como provocação, tanto aos historiadores quanto aos educadores, que devem neste momento, se posicionar, tendo em vista o estabelecimento de uma visão crítica e ética da história, iniciativa essencial numa época em que essa virtude se encontra tão ameaçada.

5. Referências

- ADORNO, T. W. Educação após Auschwitz. In. *Palavras e Sinais. Modelos Críticos 2*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- BRASIL. Lei n.7716, de 5 de Janeiro de 1989. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Poder Executivo. Brasília, DF. Disponível em: www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L7716.htm. Acesso em 20 jan.2010.
- _____. Lei n.9459, de 13 de maio de 1997. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Poder Executivo. Brasília, DF. Disponível em: www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L9459.htm. Acesso em 20 jan.2010.
- CARVALHO, S. E. & KHAN, T. Dossiê Neonazismo. Boletim de Informação do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo e da Comissão Teotônio Vilela. *Revista de História*, São Paulo, n. 129-131, pp.244-266, ago/dez1993 a ago/dez.1994.
- CASTELLS, M. *A sociedade em Rede*. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- _____. *Paraísos comunais: identidade e significado na sociedade em rede. O poder da identidade*. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- _____. *A unificação da Europa: globalização, identidade e Estado em rede. Fim do milênio: tempo de mudança*. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. 2ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- CHARTIER, R. *A aventura do livro – Do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- CRUZ, N. R. *Negando a História. A Editora Revisão e o Neonazismo*. 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.
- Culturas de armas e violência. *Jornal de debates. com. br*. 16 abr. 2006. Disponível em www.jornaldebates.ig.br. Acessado em: 24 ago.2007.
- KHAN, T. *Ensaio sobre racismo*. São Paulo: Conjuntura, 2000.
- LÉVY, P. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era informática*. 4 ed. São Paulo: Editora 34, 1997.
- _____. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- _____. *Inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Edições Loyla, 1998.
- _____. *O que é virtual?* São Paulo: Editora 34, 1996.

NEGROPONTE, N. *Vida digital*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JESUS, C. G. *Anti-Semitismo e Nacionalismo: Negacionismo e Memória*: Revisão Editora e as estratégias da intolerância. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. “Pluralidade Cultural”. IN. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Terceiro e Quarto ciclos do Ensino Fundamental. Temas Transversais. Brasília, MEC., 1998.

SILVEIRA, S. A. *Poder no ciberespaço: O Estado Nação, regulamentação e o controle da internet*. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Universidade de São Paulo, São Paulo.

Textos eletrônicos da Revisão Editora

ALMEIDA, J. G. *Movimento Nova Inconfedência-manifesto*. Disponível em <www.revision.com.br>. Acesso em 12 dez. 2001.

ALVIM, A. *Nossa vitória na Segunda Guerra*. Disponível em <www.revision.com.br>. Acessado em 28 fev. 2002.

Anne Frank em Nova Versão. Disponível em: <<http://www.revision.com.br>> acesso em: 10 dez.1999.

BARCELLOS, J. *A estética ideológica do sionismo na morte lenta da humanidade*. Disponível em <www.revision.com.br>. Acesso em 28 fev. 2002.

CASTAN, S. E. *A verdadeira história do levante do gueto de Varsóvia*. Disponível em: <<http://www.revision.com.br>> acesso em: 10 dez.1999.

_____. *Banqueiros judeus financiaram Hitler?* Disponível em: <<http://www.revision.com.br>> acesso em: 10 dez.1999.

_____. *Direito de resposta contra Folha de São Paulo*. maio. 2000. Disponível em: <<http://www.revision.com.br>> acesso em: 12 ago.2000.

_____. *Quem provocou a II Guerra Mundial*. Disponível em: <<http://www.revision.com.br>> acesso em: 10 dez.1999.

COIMBRA. *O perigo na Amazônia*. Disponível em <www.revision.com.br>. Acesso em 12 fev. 2002.

_____. *O governo mundial*. Disponível em <www.revision.com.br>. Acesso em 12 fev. 2002.

Como o jornal “zero hora” mutilou importante entrevista de S. E. Castan. Disponível em: <<http://www.revision.com.br>> acesso em: 10 dez.1999.

Entrevista de S. E. Castan não publicada pela revista “isto é”. Disponível em: <<http://www.revision.com.br>>acesso em: 10 dez.1999.

FAURISSON, R. *Auschwitz: fatos e a lenda*. Disponível em: <<http://www.revision.com.br>>acesso em: 10 dez.1999.

GERUDE, N. A. *Desenvolvimento Econômico e Social no período dos Governos Militares*. Disponível em <www.revision.com.br>. Acessado em 28 fev. 2002.

GRANJA, G. *Do poder Global & do Terror*. Disponível em <www.revision.com.br>. Acesso em 28 fev. 2002.

_____. *Irmandade da Abjeção*. Disponível em <www.revision.com.br>. Acesso em 28 fev. 2002

_____. *Norte-americanos barram berço da Terra*. Disponível em <www.revision.com.br>. Acesso em 28 fev. 2002

NERY, S, *Petrobrás-Genealogia*. maio 1999. Disponível em: < www.revision.com.br>. Acessado em 20. maio. 2002.

SERRA, J. A *O partido de Tiradentes*. Disponível em <www.revision.com.br>. Acesso em 28 fev. 2002.